



ID: 113367610

30-09-2024

Andam todos a pensar no futuro, por motivos diferentes



Ricardo Paes Mamede

Regresso do planeamento público não se explica apenas por uma revisão de doutrina. Um outro factor decisivo são as preocupações com as alterações climáticas

Em Portugal, andam todos a pensar no futuro: políticos, agências públicas e académicos. É isso que sugere um conjunto de encontros realizados nos últimos dias em Lisboa.

No dia 25 de Setembro, uma rede de agências públicas que se dedicam ao planeamento e à prospectiva apresentou, na Fundação para a Ciência e Tecnologia, um estudo recente sobre as megatendências, ou seja, processos de transformação de longa duração e de grande impacto económico, social e ambiental que devem orientar as prioridades da intervenção do Estado nos próximos anos.

No dia seguinte, reuniram-se num hotel da capital dois ministros, três secretários de Estado, vários directores-gerais e técnicos superiores da Administração Pública, com representantes da Comissão Europeia, FMI e OCDE, dirigentes de associações empresariais e vários académicos nacionais e estrangeiros para debater “Um Novo Quadro Estratégico de Política Industrial para Portugal” (título de um estudo em curso, liderado por dois dos maiores peritos mundiais em políticas para a transformação das estruturas produtivas).

A terminar a semana, no dia 27, foi lançado o livro *O Regresso do Planeamento - Percursos e Perspetivas sobre Planeamento Público em Portugal*, que reúne textos de professores de seis universidades nacionais, dedicados ao passado, presente e futuro das intervenções do Estado que visam o desenvolvimento no médio e no longo prazo. Tudo isto aconteceu poucos dias depois de ser divulgado o relatório de Mario Draghi sobre o “Futuro da Competitividade Europeia”, um documento que desafia a UE a tomar em mãos o desenvolvimento de sectores estratégicos para a economia do velho continente.

A concentração em tão pouco tempo de todas estas iniciativas pode ser coincidência, mas as preocupações que as motivam têm algo em comum, que não é fruto do acaso.

Durante muitos anos, a ideia de planeamento público esteve fora de moda. Governos de centro-esquerda e de centro-direita, sem distinção, aderiram à tese segundo a qual o mercado é o mecanismo mais eficiente de alocação de recursos produtivos e que, por isso, o Estado

não deve fazer mais do que assegurar as condições para que esse mecanismo funcione. Ou seja, manter a inflação baixa, controlar a dívida pública, flexibilizar o mercado de trabalho, simplificar a regulação que incide sobre as empresas, reduzir os impostos e promover a concorrência.

As decisões descentralizadas dos agentes privados fariam o resto, mobilizando os recursos para onde fizessem mais falta, promovendo assim a prosperidade geral. Neste contexto, planear era uma actividade a que se deveriam dedicar (e a que se dedicam, de facto) apenas os agentes privados. Planeamento público, por contraste, só poderia conduzir a uma interferência contraproducente no sistema de preços.

A crença desmesurada na bondade dos mercados foi, no entanto, fortemente abalada pela grande crise financeira mundial de 2008. O maior desaire económico desde a Grande Depressão da década de 1930 levou muitos a admitir que deixar os mercados em roda livre não seria uma ideia assim tão boa. Para o questionamento das crenças instituídas contribuiu também o exemplo de economias que se desenvolveram com recurso a estratégias públicas bem pensadas e implementadas, visando a promoção de sectores de actividade económica mais sofisticados e promissores.

Mas o regresso do planeamento público não se explica apenas por uma revisão de doutrina. Um outro factor decisivo são as preocupações crescentes com as alterações climáticas. Os mais cépticos quanto à intervenção directa dos Estados nas economias defendem que a transição verde deveria ser prosseguida com recurso exclusivo a instrumentos de mercado, tais como benefícios fiscais, compra e venda de licenças de carbono e outras medidas que

procuram influenciar as decisões privadas através do mecanismo de preços, sem pôr em causa a lógica de alocação de recursos.

O problema é que a urgência das alterações climáticas não se compadece com a mera lógica mercantil. As alterações de comportamentos que se impõem, o volume de investimentos em causa, a incerteza quanto às soluções tecnológicas a desenvolver e adoptar são de tal forma exigentes, que só um actor capaz de se comprometer com horizontes de longo prazo, impor regras, coordenar entidades e investimentos dispersos, e mobilizar grandes recursos poderá reunir as condições necessárias para uma transição energética atempada (logo veremos se isso acontece de facto). Esse actor chama-se Estado.

A tudo isto acresce o avolumar das tensões geopolíticas e dos riscos associados à interdependência económica, que a liberalização dos mercados mundiais aprofundou. As perturbações nas cadeias de fornecimento que paralisaram as economias durante a pandemia ou a quebra abrupta no acesso à energia russa por vários países europeus (em particular a Alemanha) na

sequência da invasão da Ucrânia apenas reforçaram a determinação dos governos ocidentais em interferir mais com o funcionamento dos mercados na organização dos sistemas produtivos.

No período histórico que vivemos, EUA, União Europeia e outras potências não ficarão à espera que o funcionamento dos mercados, com uma interferência política mínima, responda aos desafios associados a tendências como: a crescente liderança da China nas tecnologias do futuro (incluindo as tecnologias limpas e as digitais); a dependência face a terceiros no acesso a energia e a matérias-primas críticas; ou a capacidade militar de países politicamente desalinhaados (como a Rússia e outros). Tem sido assim ao longo da história: a guerra e a disputa pela hegemonia entre grandes potências levou sempre os Estados a mandar à fava as narrativas sobre a superioridade dos mercados como mecanismo de alocação de recursos.

Por aqui se percebe que, em si, o planeamento económico, incluindo a política industrial, não é de esquerda nem de direita. São os objectivos que orientam as intervenções públicas que distinguem uns dos outros. De um lado, há quem as defenda por entender que a prosperidade partilhada, a coesão social e o respeito pelo planeta exigem um controlo democrático sobre as lógicas privadas de decisão e acção. Outros recorrem ao planeamento sempre que essas lógicas não asseguram a distribuição do poder a que aspiram. Todos eles querem o Estado a identificar tendências, a planear e a intervir nos mercados, porque estão preocupados com o futuro. Mas o futuro que uns e outros almejam não é bem o mesmo.

Economista e professor do Iscte



O problema é que a urgência das alterações climáticas não se compadece com a mera lógica mercantil

